



Na semana em que a CPI da Covid colherá os primeiros depoimentos, o mais esperado é o de Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde e um dos principais nomes na mira das apurações. Ele terá de responder sobre atraso na vacinação, promoção da cloroquina e crise em Manaus

# O alvo de todas as atenções

» BRUNA LIMA  
» RENATO SOUZA

Após apresentar o plano de trabalho, definir metas e superar tentativas de intervenção do governo e seus aliados, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid realiza, nesta semana, as oitivas das primeiras testemunhas. Ex-ministros da saúde, que tiveram papel crucial durante o avanço do novo coronavírus pelo país, prestam depoimento aos senadores que integram o grupo de investigação. General do Exército e ex-titular da pasta, Eduardo Pazuello é considerado peça-chave no quebra-cabeça para entender o que ocorreu com o país na crise sanitária.

O militar deve ser o último, entre os ex-ocupantes do ministério, a prestar esclarecimentos. A oitiva dele está marcada para quarta-feira. Há possibilidade de que seja enquadrado como investigado, caso não consiga deixar claro que não contribuiu para o agravamento da pandemia — ele seguiu à risca a política negacionista do presidente Jair Bolsonaro. Já o governo terá de fazer uma escolha: ficar do lado do general e se arriscar a carregar todo o ônus das falhas no enfrentamento da crise, ou deixar a carga sobre o ex-ministro.

Para responsabilizar Bolsonaro, a oposição tem nas mãos o próprio pronunciamento público de Pazuello, admitindo que “um manda, e o outro obedece”. A frase foi dita em outubro, ao lado do presidente, para justificar o fato de ter voltado atrás nas negociações de compra da vacina CoronaVac. À época, o imunizante — desenvolvido pela farmacêutica chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, de São Paulo — foi tachado pelo chefe do Planalto de “vacina do Dória”, em relação ao governador paulista, João Dória, desafeto do Planalto.

Antes de Pazuello, a CPI ouvirá, amanhã, o primeiro ministro da Saúde da gestão Bolsonaro, Luiz Henrique Mandetta, com sessão marcada para as 10h. À tarde, será a vez de o sucessor

Minervino Júnior/CB/D.A Press - 7/1/21



A CPI destinou um dia somente para ouvir Eduardo Pazuello, considerado peça-chave nas apurações sobre omissões do governo na crise sanitária

dele no cargo, Nelson Teich, prestar depoimento.

Mandetta é quem deve dar um tom mais ríspido contra o presidente. Ao fim da gestão, o médico já se mostrava contrário ao posicionamento adotado pelo mandatário na condução da pandemia. Divergências quanto ao distanciamento social, às restrições de atividades, o uso de máscaras e a recomendação da cloroquina como medicamento para tratar covid-19 marcaram os embates entre o então titular da Saúde e o presidente (veja mais na Linha do tempo).

Os confrontos podem ser interpretados como um jogo de fins eleitoreiros, já que Mandetta

## » Agenda da comissão

### Depoimentos\*

#### Amanhã

- » Luiz Henrique Mandetta, ex-ministro da Saúde
- » Nelson Teich, ex-ministro da Saúde

#### Quarta-feira

- » Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde

#### Quinta-feira

- » Marcelo Queiroga, ministro da Saúde
- » Antonio Barra Torres, diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

\*Todos serão ouvidos na condição de testemunhas.

é o único político entre os três que já comandaram a pasta neste governo. Além disso, ele surge como potencial candidato à corrida presidencial de 2022. O viés

pode servir como argumento da base do governo para colocar em xeque o depoimento dele.

Ao contrário de Mandetta, Nelson Teich, que teve passagem

relâmpago pelo ministério, não carrega raiz política. A ele são esperadas perguntas especialmente sobre o motivo que o levou a deixar o cargo. Após sair da pasta, o médico admitiu, em entrevistas, que a pressão para protocolar o uso da cloroquina como tratamento para covid-19 contribuiu para renunciar à função. Coube a Pazuello, único entre os ministros sem formação na área de saúde, assinar o documento.

## Cautela

Ouvidos os ex-ministros, a CPI voltará as atenções para o atual titular da Saúde, Marcelo Queiroga, previsto para depor na quinta-feira. Dele não são esperadas declarações desalinhas, tampouco há a intenção, por parte da oposição, de criar uma rixa entre Bolsonaro e o ministro de forma a pro-

vocar mais uma destituição, que de nada serviria para melhorar a gestão da pandemia. Isso porque, nos bastidores, Queiroga é visto como figura importante para fazer valer escolhas científicas no enfrentamento da crise sanitária.

Após as oitivas e a partir do material colhido por meio delas, os senadores pretendem convocar novas testemunhas para desenharem a cronologia dos fatos. Traçado esse panorama, especialistas convidados devem auxiliar na análise. Um dos nomes sugeridos nos requerimentos é o do gestor de saúde Adriano Massuda, especialista da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Tivemos autoridades sanitárias que foram omissas, imprudentes e introduziram tratamentos sem evidência científica comprovada, expondo a população a risco”, sustenta Massuda.

Ele ainda não enxerga uma correção de rumo significativa do Ministério da Saúde com Queiroga. “Mudou o ministro, mas a pasta continua com uma atuação absolutamente ineficiente na gestão do sistema de saúde”, enfatiza. Para o especialista, a CPI, além da missão de responsabilizar autoridades que falharam na resposta à pandemia, tem outra vertente que, “apesar de secundária, pode ser ainda mais importante no sentido de dar elementos para a execução de ações”. “Ainda estamos diante de uma epidemia não controlada — com uma redução, mas diante de números elevadíssimos — e, mesmo assim, as medidas de restrições estão sendo afrouxadas, podendo levar o país a uma terceira onda. Precisamos mudar o rumo das respostas, e a CPI pode ajudar”, completa.

O cientista político José Oswaldo Cândido, professor de relações institucionais do Ibmec Brasília, espera evolução nas investigações. “Na CPI já se tem claramente os parlamentares que são mais favoráveis ao governo e quem é contra. O relator (Renan Calheiros, do MDB-AL) fez um discurso muito duro, e acho que ele não vai aliviar”, ressalta. “Acreditamos que podemos ter desdobramentos importantes. CPI é sempre imprevisível e, mais adiante, podemos ter, de alguma forma, reações do governo.”

## » Linha do tempo

Veja a cronologia das gestões dos então ministros da Saúde

Ed Alves/CB/D.A Press - 17/4/20



### Luiz Henrique Mandetta

- » Assume em 1º de janeiro de 2019
- » Reativa, ainda em janeiro, o Grupo de Trabalho Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional
- » Faz coletivas diárias sobre a situação da pandemia
- » Em 20 de março, intensifica a recomendação do “fique em casa”
- » Faz alertas à população para evitar

- colapso no sistema de saúde
- » Orienta uso de máscaras de pano. Brasil passa por crise de falta de equipamento de proteção individual e álcool em gel.
- » Em 21 de março, diz não participar da decisão do presidente Jair Bolsonaro de mandar ampliar a fabricação de cloroquina.
- » Pede isolamento vertical, focado em idosos, enquanto Bolsonaro trata o vírus como “gripezinha”
- » Ministério anuncia uso de cloroquina em hospitais
- » Em 6 de abril, nega expandir protocolo de uso da cloroquina para casos leves
- » Em 16 de abril, é demitido. Nesse dia, Brasil tem 30.425 casos confirmados e 1.924 mortes

Ed Alves/CB/D.A Press - 17/4/20



### Nelson Teich

- » Assume o ministério em 17 de abril
- » Em 22 de abril, promete entregar diretrizes para guiar estados e municípios nas flexibilizações e restrições
- » Apresenta o plano para orientar estados
- » Em 14 de maio, é pressionado por

- Bolsonaro para expandir protocolo de uso da cloroquina
- » Pede demissão em 15 de maio sem assinar o protocolo da cloroquina. Brasil tem 218.223 casos e 14.817 mortes por covid-19

Minervino Júnior/CB/D.A Press - 7/1/21



### Eduardo Pazuello

- » Assume interinamente

- em 15 de maio
- » Cinco dias depois, indica cloroquina para pacientes com quadro leve
- » Em 6 de junho, Ministério da Saúde retira do ar dados de infecções e mortes por covid-19
- » Em 27 de junho, governo fecha acordo para a compra de 100 milhões de doses da vacina da Oxford/AstraZeneca
- » Em 21 de julho, recomenda tratamento precoce, que não em comprovação científica
- » Toma posse como ministro da Saúde em setembro
- » Em 20 de outubro, anuncia a compra de 46 milhões de doses da CoronaVac. Bolsonaro o desautoriza, e ele

- é obrigado a desistir do contrato
- » Em 6 de janeiro, assina relatório reconhecendo o iminente desabastecimento de oxigênio em Manaus, segundo a Procuradoria-Geral da República. Primeiros cilindros são enviados dois dias depois
- » Sistema de saúde de Manaus colapsa por falta de oxigênio, em 14 de janeiro
- » Em 11 de março, diz que o sistema de saúde brasileiro “não colapsou nem vai colapsar”
- » Em 23 de março, é publicada a exoneração dele. Brasil tem 298.843 mortes e 12 milhões de casos da doença.